

A contribuição de Anísio Teixeira para se pensar o ensino profissional nos dias atuais

Wania Manso de Almeida (IFF)¹

Resumo

Este texto resultou de estudos que embasam a pesquisa sobre a implantação do Curso de Eletrotécnica no Instituto Federal Fluminense na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ainda em andamento. Apresenta a trajetória de Anísio Teixeira visando identificar princípios que integram seu projeto educativo, tais como autonomia, unidade, diversidade, integração, enquanto fatores favoráveis à compreensão de raízes históricas da dualidade de nosso sistema de ensino, indispensável à implementação de projetos adequados a uma formação profissional de qualidade.

Introdução

Este artigo revisita Anísio Teixeira com o objetivo de compreender raízes históricas da negação do direito das classes operárias a uma educação de qualidade, retomando princípios que podem, certamente, contribuir para a necessária reflexão da educação profissional nos dias de hoje.

Quando em 1909 o presidente Nilo Pessanha instituiu as primeiras escolas profissionais em capitais dos estados brasileiros, ampliadas e transformadas na rede federal de escola industriais no governo Vargas, estas se destinavam a abrigar os “desvalidos da fortuna”, nos termos da Constituição Federal de 1936. Com o tempo essas escolas adquiriram o status de escolas profissionais de qualidade mas aquele público de origem, com o passar do tempo, não se fez mais presente em suas salas de aula. A implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, pelo Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, promove o reencontro da rede federal de ensino profissional com seu público de origem ao determinar, no art. 2º, que “as instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares de PROEJA até o ano de 2007”, seja para a formação inicial e continuada de trabalhadores, seja para a educação profissional de nível médio.

¹ Doutora em Educação, Professora, Pedagoga no Instituto Federal Fluminense.

Como afirma o documento base PROEJA, Educação profissional de técnico de nível médio\Ensino Médio (2007), “a tradição da oferta de cursos de excelência da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica vem compor com experiências inovadoras na oferta da EJA no Brasil, integrando a educação básica à formação profissional, tendo como produto final uma formação essencialmente integral” (p. 29). Para tanto, argumenta que o ingresso dos coletivos juvenis oriundos das classes trabalhadores nessas escolas de referência não é fácil devido à elevada concorrência para ingresso e à quantidade de vagas, sempre muito menor do que a demanda, fato comprovado pelas análises de dados relativos ao Censo Escolar de 2004. Nesse sentido, esclarece que a oferta de cursos técnicos de nível médio corresponde a apenas 6, 21% da oferta total do ensino médio, sendo esta oferta, no âmbito federal, correspondente a apenas 12,17% do total de matrículas dos cursos técnicos de nível médio. Diante dessa realidade, conclui o citado documento que a oferta da EJA na “Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e por outros atores que tratam do ensino médio e da educação profissional almeja romper com os processos contínuos de exclusão e de formas crescentemente perversas de inclusão” p. 28. E reafirma, adiante, que uma vez denotada a ausência de alunos com o perfil típico da EJA na Rede Federal, cabe repensar as ofertas então existentes, mesmo que tardiamente, “ e promover a inclusão desses sujeitos, rompendo com o ciclo de apartações educacionais na educação profissional tecnológica” (p.34).

É nesse contexto – de contribuir para “repensar as ofertas existentes” – que retomo as contribuições de Anísio Teixeira para o ensino secundário que anteciparam, de modo exemplar, um modelo de ensino profissional secundário pautado no princípio da democratização do ensino e que se propôs a romper com as condições presentes no ensino secundário antes, como agora no Ensino Médio.

A reforma do ensino profissional desenvolvida por Anísio Teixeira, durante sua gestão como Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, (1931-1934), representou a primeira tentativa de se estruturar um sistema de ensino secundário integrado e relativamente autônomo face ao poder central, tentativa esta interrompida pelas reformas orgânicas de 1942, através das quais o governo federal impôs um modelo padrão para todas as instituições congêneres, centralizando e uniformizando a organização dessa modalidade de ensino. Esse modelo de ensino teve seu projeto

encaminhado no decorrer do Estado Novo (1930-1934) pelo ministro Francisco Campos e assume caráter estrutural na gestão do Ministro Gustavo Capanema.

No momento atual, retomar o projeto educativo de Anísio Teixeira pautado no princípio da democratização do ensino, em contraponto ao modelo elitista de ensino secundário proposto pelo Estado Novo, possibilita, a nosso ver, compreender raízes históricas da negação do direito das classes operárias a uma educação de qualidade e, ao mesmo tempo, retomar princípios que podem, certamente, contribuir para a reflexão da educação profissional integrada ao ensino médio na modalidade EJA fundamentada na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral.

Anísio Teixeira: a trajetória de um educador

Anísio Teixeira, baiano, nascido no município baiano de Caitité, cursou a escola primária e a escola secundária em colégios católicos jesuítas, nos quais adquiriu uma sólida formação, concluída em 1914. Terminou o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922. Dois anos depois foi nomeado Inspetor Geral de Ensino do Estado da Bahia quando, de 1924 a 1929, realizou a reforma da instrução pública desse estado. Aqueles anos foram marcados pelo seu ingresso no circuito acadêmico internacional. Em 1925, fez a primeira viagem à Europa e observou os sistemas escolares da França, Bélgica, Itália e Espanha. Em abril de 1927 viajou aos Estados Unidos da América do Norte para realizar estudos de organização escolar. No ano seguinte retorna àquele país para um curso de 10 meses no Teacher`s College da Universidade de Colúmbia, em Nova York, quando se familiarizou com o pensamento de John Dewey (1859-1952) cuja filosofia se constituiu como principal referência em sua trajetória intelectual. Nesse mesmo ano graduou-se como Master of Arts especializado em Educação pela referida Universidade. Desse período, data a publicação do livro Aspectos Americanos da educação (1928) que reúne observações de viagem e o primeiro estudo sistematizado das idéias de John Dewey. A seguir, traduziu dois ensaios do mesmo autor reunidos no livro Vida e educação (1930).

Na primeira metade da década de trinta, em um momento de confluência de mudanças políticas, econômicas e culturais, a carreira profissional de Anísio Teixeira ganha dimensão nacional. Em outubro de 1931, na gestão do prefeito Pedro Ernesto

Batista, também baiano, foi nomeado Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, onde realizou uma reforma que abrangeu a escola primária, a secundária e o ensino de adultos, culminando com a criação de uma universidade municipal, a Universidade do Distrito Federal. Por questões políticas, demitiu-se do cargo em 1º de dezembro de 1935. Nesse período, teve participação ativa na Associação de Brasileira de Educadores (ABE) e tornou-se um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, que divulgava as diretrizes de reconstrução educacional para o país. Nesse mesmo ano publica *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação*.

Já afastado da vida pública, em 1936, edita *Educação para a Democracia*, introdução à administração educacional que, segundo o próprio autor, não contém mais do que o que pregou durante sua gestão naquele cargo. Nesta obra, o autor apresenta um relatório em que justifica três anos de sua administração do Departamento de Ensino, quando propunha uma obra de renovação escolar realizada em estágios sucessivos. Ao invés de planos integrais e perfeitos, desenvolvidos a golpe de lógica e doutrina, reivindicava uma conquista progressiva da unificação de todo o sistema escolar: “O método por que estamos procurando resolver o problema escolar no Rio de Janeiro, é da experimentação gradual, da obediência rigorosa às condições locais” (2007, p. 103).

Reconhece nas iniciativas organizadas por meio do Departamento de Ensino as teses de Dewey, de Kilpatrick e de Kandel, autores privilegiados nos estudos que realizou no Teacher’s College, na década anterior. Nessas páginas, com base nos fundamentos filosóficos que informam sua doutrina educativa e nos princípios que deram unidade às reformas de ensino, apresenta a nova organização de ensino secundário profissional técnico, assim como aspectos de reformas realizadas em outros níveis e modalidades de ensino. Seguindo esses relatos nos aproximamos da originalidade de experiências educativas que, naquele momento, se opuseram às desenvolvidas pelo governo federal e, em certos aspectos, se distanciavam de concepções expressas por outros signatários da Escola Nova, da qual, conforme Mendonça (2002), “a historiografia da educação tem dado, com frequência, uma visão excessivamente integrada”.

Anísio Teixeira assume o cargo de chefia no município do Rio de Janeiro em um momento de pós-Revolução de 1930 em que as questões educacionais provocavam

intensos debates. Em dezembro de 1931, acontece no Rio de Janeiro a IV Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação, ABE. Criada no Rio de Janeiro em 1924, a ABE era a principal organização articuladora de intelectuais interessados em remodelar a educação do país e que se diferenciavam pela filiação a campos distintos de concepção da política e de adesão a valores. Esses intelectuais propunham a reforma educacional sob a ótica da formação da nacionalidade, mas, para o grupo católico, particularmente, esse objetivo só poderia ser alcançado por meio de uma política sintonizada com os princípios cristãos.

Para Xavier (1999) a IV Conferência acirrou o embate entre as lideranças católicas, eclesiásticas e leigas, e o grupo de educadores auto intitulados pioneiros da escola nova. Assim, o evento que se propunha a discutir um tema geral – As Grandes Diretrizes da Educação Popular – acabou atravessado pelo embate político-ideológico do que resultou a cisão da ABE. Os católicos formaram a Confederação Católica de Educação e o grupo de educadores lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Esse documento, escrito por Lourenço Filho, teve como signatários vinte e seis personalidades que se destacavam no cenário educacional brasileiro, entre eles Anísio Teixeira. O texto pautou-se pela defesa da escola pública obrigatória, laica e gratuita. Contra a dicotomia histórica da educação brasileira, entre ensino de ofícios manuais para o povo e de humanidades e ciências para a elite dirigente, defendeu a “escola única”, colocando sobre uma base comum o ensino profissional e o da cultura geral, o que abriria caminho para retirar o ensino profissional da margem e colocá-lo no centro da política educacional do país.

Na leitura de Tristão de Ataíde, um dos líderes do grupo católico, o Manifesto de 32 explicitava o antagonismo entre duas concepções de mundo. Considerava ele:

A leitura dessa declaração de princípios nos deixa uma impressão confortadora. Começamos, graças a Deus, a sair do domínio da ambigüidade. Começam a delimitar-se os campos de ação. Passamos do terreno das finalidades implícitas ou inconsistentes para o dos objetivos francamente confessados. (c.f. Gondra, 2004, p. 34).

Esse “divisor de águas”, mais do que o conflito entre uma educação leiga, bandeira dos renovadores, e uma educação com conteúdo e orientação religiosa defendida pelos católicos, sinalizava a politização do campo educativo. Conflito de idéias, embates entre diferentes concepções de educação associadas a diferentes projetos

de sociedade. Nesse sentido, Xavier identifica o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como “uma estratégia de poder, um documento que visava reafirmar princípios e, em torno destes, selar as alianças necessárias ao enfrentamento das disputas políticas do momento (1999).

Nesse embate político, a ação de Anísio Teixeira significou a busca incessante pela democratização do ensino no país, amparada pelos princípios filosóficos que defendia. Princípios como autonomia, participação, integração, flexibilidade, unicidade, solidariedade marcam seu projeto de uma nova escola profissional e permitem ao autor lançar-nos o desafio de pensar as Escolas de Ensino Técnico Secundário, por ele criadas, como espaços culturais, ou “casas de educação”. Um projeto democrático, diferente não apenas das escolas pensadas e implementadas pelo governo Vargas, mas das que as antecederam, as tradicionais Escolas de Aprendizes Artífices destinadas aos “desvalidos da fortuna”, crianças com olhos tristes e pés descalços cujas imagens reproduzidas e perpetuadas parecem nos acompanhar quando estudamos Anísio Teixeira.

A dualidade do sistema educativo

Pensando a realidade da escola brasileira, Anísio Teixeira considerava que,

tanto escola primária como escola profissional, ótimas que fossem, estiveram sempre relegadas no julgamento do público, não sendo consideradas nem prestigiadas. Por outro lado, a escola secundária e escolas superiores, fossem práticas ou não, organizadas ou ineficientes, ricas ou desaparelhadas, todas gozavam do mais estranho prestígio social e legal. É que essas escolas classificam socialmente os alunos no grupo dirigente e as outras no grupo dos dirigidos. (Teixeira, 2005, p.205).

Segundo Anísio Teixeira essa dualidade do sistema educativo é consequência do dualismo social que, amparando-se em diferentes filosofias, mantém dois sistemas de ensino. Um destinado à formação da elite, compreendendo a escola secundária acadêmica e as escolas superiores, mantido sob o controle do governo central e, impostos de forma rígida e uniforme a toda a nação. Na ordem política, esse sistema era de controle do governo federal mas de manutenção predominantemente privada. O governo central mantinha uma escola secundária modelo (o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro) e umas poucas escolas superiores, às quais se adicionavam escolas privadas, sob o regime de concessão do poder público e equiparadas aos padrões das instituições públicas. O outro sistema, sob controle dos governos provinciais ou locais desde 1834 e, mais tarde, com a federação, dos governos estaduais, compreendia as escolas primárias

e as escolas médias vocacionais destinadas à classe média mais do que propriamente ao povo. Nestes sistemas estaduais, fundamentalmente de manutenção pública, se encontravam as escolas normais de formação do professor primário. Essas escolas fizeram-se, em certos Estados, escolas de acentuado prestígio social. As escolas vocacionais masculinas destinadas a ocupações manuais ficaram marcadas por manifesta discriminação social..

Para Anísio Teixeira esse dualismo entre as duas educações – profissional e acadêmica – originou-se de um dualismo filosófico entre cultura e trabalho, que tem suas raízes na Grécia e foi transplantado da Europa para o Brasil. Contudo, naquele momento (entre as duas guerras mundiais), exceto nos países como a Itália, a Rússia e a Alemanha, as transformações que se operavam nos sistemas educativos, conforme defendia Kandel, tendiam à valorização do indivíduo, independente de suas condições sociais anteriores ou mesmo de sua origem de classe, ao invés de terem o Estado e suas necessidades como centro de irradiação. Em decorrência dessa premissa considerada fundamental, emergem as seguintes proposições: educação comum de todas as crianças, pelo tempo mais longo possível; aumento das facilidades educativas para os alunos naturalmente mais dotados; sistemas de ensino mais variados e flexíveis, para atender à diferenças de vocações e aptidões; cooperação da família com a escola; prioridade para as questões relativas à saúde e eficiência física dos indivíduos (Teixeira, 2005, p.107).

A unificação do ensino

Anísio Teixeira defendia a integração do ensino primário e secundário através de objetivos culturais comuns. Para o ensino primário, no Distrito Federal, as oportunidades de acesso à cultura já haviam se ampliadas. Para o ensino secundário, a reforma se orientaria no sentido de oferecer o máximo de oportunidades culturais para todos os adolescentes entre 11 e 18 anos, adaptando-as a suas capacidades e interesses próprios. Não escolas profissionais, estigmatizadas, ou escolas secundárias, acadêmicas e seletivas, mas “casas de educação”, que, ao final, se constituíram, essencialmente, como espaços de democratização da cultura.

Os estudos, o laboratório, os trabalhos de oficina e ateliês, o cultivo do desenho e das artes e os jogos, as atividades sociais e de clubes, já fazem dessas escolas casas de educação, onde se encontra o ambiente de unidade social e civilização democrática que deve caracterizar o Brasil. (Teixeira 2007, p. 207)

Anísio Teixeira pensa as escolas como instrumentos de transmissão, de consolidação e renovação da cultura. Nessa perspectiva a educação exerce uma função integrativa e renovadora da cultura. Na sociedade moderna, em que toda a cultura se fez, efetiva ou presumidamente, uma cultura consciente, dependente de técnicas mais ou menos racionais ou científicas, que têm de ser aprendidas em atividades de participação montadas para esse fim, a escola tem que se fazer uma réplica da sociedade, embora mais simplificada, mais ordenada, e mais homogênea. E, mesmo que as escolas conservem ainda muito de seu caráter originário de escolas com concepções de ensino e organização abstratas e artificiais, elas têm que se organizar como a própria sociedade, com um conjunto de atividades reais, integradas e ordenadas. Escolas capazes de suscitar a participação social que constitui a própria condição para o ato natural de aprendizagem. Nesse sentido, quanto mais os processos sociais se complexificam e aceleram mais se faz necessária a educação intencional, escolar, uma vez que, nessa sociedade em mudança, a integração espontânea do homem à sua cultura se torna cada vez mais difícil. Assim, “a escola tem de acompanhar o nível de sociedade a que serve, constituindo-se em centro de reintegração social – centro de integração das mudanças de qualquer modo em curso, em todos os setores de vida do país” (2005, p.117, 118).

Segundo Anísio Teixeira, a descoberta do método experimental, no Renascimento, colocou em cheque as idéias que alimentavam supostas dualidades, educação intelectual e educação prática; educação de cultura geral (educação e iluminação) e educação especial ou profissional; educação de classe dirigente e educação de classe dirigida. Assim, a utilização da observação e da descoberta no ato do conhecimento conciliou pensamento e ação. Essa conciliação, ampliada – indústria e ciência, trabalho e pensamento, oficina e escola – deveria incidir sobre a educação integrando objetivos aparentemente hostis daquelas dualidades. Contudo, no Brasil, os sistemas eram dominados pelo velho dualismo dos modelos estrangeiros que copiamos de forma subservientes com nossas escolas técnico-profissionais, “de ofícios”, “de artífices” ou de “aprendizes” (idem, p.129).

Nessa perspectiva, o ensino industrial se destaca pelo seu potencial papel integrador:

Depois do desenvolvimento científico da humanidade e da criação da Indústria, com a aplicação científica à vida humana, depois que a produção humana passou a ser

racionalizada, o ensino da ciência aplicada é tão formador da humanidade como qualquer outro método.

O ensino industrial só não formaria o homem se fosse feito por método rígido. O ensino antigo não era liberalizante, não era capaz de formar homens livres, porque não era técnica racional do trabalho, mas técnica empírica transmitida de pais a filhos, de mestres a discípulos.

A técnica moderna proporciona, com a produção humana, a todos os homens o conhecimento da natureza, o conhecimento técnico. Nenhuma outra educação será capaz de formar melhores humanistas. Os dualismos existentes entre educação social e humanística, antiga e moderna, teoria e prática, estão completamente superados. Não existe ensino prático sem teoria e nem ensino teórico sem a prática, pois formar técnicos sem prática, seria formar homens que não sabem coisa nenhuma (...).

A minha palavra é apenas esta: perfeita unidade entre a educação e o homem. Toda educação é uma só: predominantemente técnica industrial. Vivemos numa economia de trabalho industrial e a agricultura é também uma forma de trabalho industrial, até mesmo a literatura. Não existe razão para essa dualidade. A educação do homem deve ser uma, face às diversíssimas condições da humanidade. (Teixeira, 1954)

Portanto, como afirma Anísio Teixeira, foi a necessidade de romper com o dualismo teórico entre duas educações – a profissional e a acadêmica, ou secundária – que o motivou a empreender as reformas do ensino secundário no Rio de Janeiro, tarefa exacerbada por estarem elas subordinadas a distintas legislações. A primeira, regulamentada pelo governo federal e a segunda pelo governo local (2007, p. 206). A reforma de Ensino Técnico Secundário do Distrito Federal veio, portanto, para promover a unificação do sistema educativo rompendo com o seu caráter elitista. Uma proposta que se opunha à do governo federal.

Propostas em oposição

O Decreto nº 3.763 de 1º de fevereiro 1932 determinou que “o ensino público a cargo dos poderes locais do Distrito Federal compreenderá também o ensino dito secundário, organizado de acordo com a legislação federal em vigor, e o ensino para adultos, que, em cursos de continuação, será ministrado nos estabelecimentos de ensino profissional”, (art. 1º). Com essa medida, ampliou-se o campo de ação do Distrito Federal no âmbito educativo, antes restrito à oferta do ensino primário e do ensino normal. E, o mais importante, o município do Rio de Janeiro passou a oferecer o ensino secundário até então sob responsabilidade do governo federal. Além disso, o ensino profissional deixa o nível primário e ascende ao nível secundário favorecendo a pretendida articulação entre eles. Essas medidas confrontavam a reforma de ensino secundário do Governo Provisório concebida por Francisco Campos e promulgada pelo

Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931, que se constituía como modelo a ser seguido pelas escolas públicas e particulares do país.

As linhas mestras do ensino secundário apresentadas por Francisco Campos na exposição de motivos do citado decreto o havia definido como destinado à “formação do homem para todos os grandes setores da vida nacional, “sendo-lhe atribuída a finalidade fundamentalmente educativa, em torno da qual, para que exercesse o seu insubstituível papel na formação moral e intelectual da juventude, deviam organizar-se as disciplinas do seu *curriculum*, os seus programas e os seus processos didáticos”. A “primeira novidade da reforma” foi aumentar a duração do curso secundário, que passou para sete anos, ao invés de cinco ou seis, como até então. O curso foi dividido em duas partes. A primeira de cinco anos, comum e fundamental. A segunda, de dois anos, constituindo a necessária adaptação dos candidatos aos cursos superiores, dividia-se em três sessões, agrupadas de acordo com a orientação profissional do estudante. Nessas sessões havia matérias comuns, destinadas à cultura geral, “para não levar muito longe a especialização”. Além disso, o projeto de reforma de Francisco Campos propôs mudanças no sistema de inspeção para tornar mais “exigente” e “rigorosa” a fiscalização dos estabelecimentos que pretendiam a equiparação aos modelos oficiais. A inspeção dividiu-se em três sessões: letras; ciências matemáticas, físicas e químicas; ciências biológicas e sociais (Bicudo,1942,p.638-39).

Nestes termos, manteve-se o caráter acadêmico e elitista do ensino secundário, a segmentação dos ramos de ensino e, ao mesmo tempo, foi ratificado e aperfeiçoado o sistema de controle do poder central sobre o ensino secundário. Anísio Teixeira considerava que, como “preparatório à formação da elite intelectual do país, o curso só poderia levar aos estudos universitários” (Teixeira, 2005, p.108). Críticas ainda mais incisivas foram destinadas à exacerbada centralização de todo o ensino secundário, “criando um único tipo uniforme de escola que deveria existir desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul”. Em contraposição, defende a autonomia das escolas já que “resguardada a unidade de objetivos e de finalidades, não deveríamos obrigar a uma perfeita uniformidade todas as escolas”. A fiscalização da administração central se daria, então, através de sugestões aos professores e diretores das escolas e não através de ordens e, ao invés de programas rígidos, o governo central emitiria programas mínimos. Pela concessão da autonomia “poderemos possuir um sistemas escolar que não seja morto, rotineiro e ineficiente, como é o que ainda temos sob o regime

uniformizante desenvolvido pelo governo central”. Com base no princípio federativo, reivindicava para os Estados e municípios maiores competências para a gestão de seus sistemas educativos. Inspirando-se nos sistemas descentralizados dos Estados Unidos e da Inglaterra, afirma:

O grande perigo das UNIFICAÇÕES (grifo do autor), que não sei por quanto tempo se plenteia para o ensino, está exatamente nessa mortal uniformidade com que inutiliza todo o estímulo e se impede a experimentação variada, hoje indispensável aos institutos de educação. Os que defendem tais unificações fazem-no porque confundem uniformidade com unidade. Esta, porém, pode existir sem aquela. (2005, p.108-110)

Concluindo

Anísio Teixeira vai oferecer alternativas ao projeto de ensino secundário de Francisco Campos, em defesa de um outro projeto de sociedade e de ensino, e com o propósito de unificar as iniciativas existentes. Propõe a constituição de outros programas laterais ao curso acadêmico de cinco anos do ensino secundário, com cadeiras comuns, mas conservando a unidade e a coesão. A coexistência de uma série de cursos vocacionais, práticos e acadêmicos, em uma mesma escola, traria as vantagens de esbater o dualismo entre o ensino cultural e acadêmico; acabaria com “o erro da organização de certo ensino profissional primário, que toma crianças de nove a dez anos, ou menos, para ensinar artes, ofícios e ocupações agrícolas”, facilitaria a integração vertical do ensino técnico secundário com escolas técnicas superiores, destinadas a formar os homens para ocupações mais especializadas; racionalizaria a utilização de recursos materiais como prédios e equipamentos. Nessa perspectiva ampla se colocaria “a preparação das elites em todo as atividades e classes” e não apenas nas atividades intelectuais (idem).

Trata-se, portanto, de um modo de organização do ensino em que o princípio predominante é a integração entre a formação acadêmica e profissional não uma formação técnica no sentido estrito, uma vez que:

Mesmo a chamada educação geral nada mais é do que a educação indispensável a um sem-número de ocupações que podem se exercidas com a aquisição tão somente de certas técnicas fundamentais de cultura. A escola primária, pois, é uma escola profissional como a escola secundária. E a escola superior. Todas são também técnicas. Porque, de um modo ou de outro, são técnicas que se ensinam nessas escolas. Mais gerais, algumas. Mais especiais, outras. Mas sempre técnicas, isto é, processos racionais, tão científicos quanto

possível, de se fazerem as coisas e de se explicarem os fenômenos. (Teixeira, 2007, p. 44).

Se, nos dias atuais, a necessidade de se integrar a educação profissional ao ensino médio na modalidade EJA nos desafia, com Anísio Teixeira somos encaminhados a reconhecer, historicamente, questões próprias ao processo educativo que não perderam sua atualidade. Portanto, pensar com Anísio Teixeira princípios presentes em seu projeto de ensino profissional - autonomia, unidade, diversidade, integração - pode resultar em referenciais necessários a uma atuação bem sucedida, face à necessidade de se integrar os trabalhadores a uma escola profissional de qualidade, capaz de contribuir para romper com dualismos que marcam nossa sociedade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, W. Manso. *A institucionalização do ensino industrial no Estado Novo português e no Estado Novo brasileiro: aproximações e distanciamentos*. Tese de doutorado. PUC Rio, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. RJ, 2010.

BICUDO, J.C. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação*. (de 1931 a 1941 inclusive). São Paulo: Edição do autor. 1942.

CAPANEMA, Gustavo. Reforma do ensino secundário. Decreto-lei nº 4 244, de 9 de abril de 1942. *Exposição de motivos*. In: BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua legislação atual*. São Paulo: Edição do autor, 1944.

Decreto nº. 3.763 de 1º de fevereiro de 1932. Modifica algumas disposições do Decreto nº. 3.281 de 23 de janeiro de 1928, e dá outras providências.

Decreto nº. 3.864, de 30 de abril de 1932. Dispõe sobre o ensino profissional, nos termos do Decreto nº 3.763 de 1º de fevereiro de 1932.

Decreto nº. 4.779, de 16 de maio de 1934. Dispõe sobre a educação técnico-profissional secundária.

GONDRA, J.G. A tradição de se manifestar. In: XAVIER, M.C. *Manifesto dos pioneiros. Um legado em debate*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.17-37.

MEDONÇA, Ana. W. *Anísio Teixeira e a Universidade de Educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. *PROEJA. Educação Profissional Técnica de nível médio\Ensino Médio. Documento base*. Brasília, ag. 2007.

TEIXEIRA, Anísio. Discurso de posse do Director Geral de Instrução Pública. *Boletim de Educação Pública*. Rio de Janeiro, v.2, n.1/2, jan./jun, p.75-76, 1932.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia: introdução à administração escolar*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. O humanismo técnico. *Boletim CBAI*. Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 1186-1187. 1954.

TEIXEIRA, Anísio. O humanismo técnico. *Boletim CBAI*. Rio de Janeiro, v.8, n.2, 1954. p. 1186-1187.

XAVIER, L, N. O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto dos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-1960). Bragança Paulista: IFAN/CDAPH/EDUSF,1999.

TEIXEIRA, Anísio. Discurso de posse do Director Geral de Instrução Pública. *Boletim de Educação Pública*. Rio de Janeiro, v.2, n.1/2, jan./jun, p.75-76. 1932

TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia: introdução à administração escolar*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. O humanismo técnico. *Boletim CBAI*. Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 1186-1187. 1954.